

Trajetórias de (des)aprendizagens em *Mulheres empilhadas*, de Patrícia Melo

Ilmara Valois Bacelar Figueiredo Coutinho* 

Pensar a literatura contemporânea é buscar desbravar territórios tão acessíveis quanto deslizantes, considerando seu acontecer em tempo real, velozmente mutável e que faz reverberar uma multiplicidade de caminhos possíveis de serem trilhados, tanto para celebrar lugares clássicos ou mesmo hegemônicos quanto para arrebanhar vozes dissonantes que se autorizam a adentrar o campo literário, desafiando limites, cercanias, tradições. Auscultar o contemporâneo pressupõe, como ressaltou Agamben (2013), mirar o escuro, interpelando o presente como testemunho de todos os tempos, mas também, como destacou Didi-Huberman (2014), vislumbrar lampejos luminosos nas trevas do presente, considerando, na sobrevivência dos intermitentes vaga-lumes, uma possibilidade de resistência e esperança. Nessa perspectiva, pode-se considerar que o campo literário contemporâneo no Brasil segue tensionado por múltiplos desafios, principalmente no que tange às marcas da violência de gênero na composição de personagens e enredos, apesar dos deslocamentos significativos que possam ser computados na “república das letras” (CASANOVA, 2002), o que inclui publicação, divulgação, crítica e consumo.

Para o universo literário ligado ao feminino¹ estudos recentes marcam a necessidade de reflexão acerca do que está sendo apagado ou legitimado como literário (DALCASTAGNÈ, 2021), a exemplo das pesquisas coordenadas pela professora Regina Dalcastagnè, da Universidade de Brasília (UNB). Dentre os estudos da citada pesquisadora, figura basilar que mapeou romances contemporâneos publicados por três das mais importantes editoras do país para a prosa de ficção, entre os anos de 1990 e 2004, surgiu um retrato desafiador para as mulheres, tendo em vista que dos 165 autores que formaram o *corpus* da pesquisa 120 eram homens (DALCASTAGNÈ, 2012), fato que reverbera na construção dos enredos e das personagens. Nos romances pesquisados, com perfil referencial majoritariamente masculino, branco, eurocêntrico, há predominância de espaços de circulação domés-

* Doutora em Letras e professora da Universidade do Estado da Bahia, Santo Antônio de Jesus, Bahia, Brasil. E-mail: ilmaravalois@hotmail.com.

¹ Muitas das categorias historicamente deixadas às margens do que se convencionou decretar alta literatura têm se destacado, de forma que além das relações de gênero, também raça, etnicidade, homoafetividade e classe estão necessariamente protagonizando lugares na literatura contemporânea.

ticos para as personagens femininas, com destaque para as relações amorosas e familiares, o que, pode-se acrescentar, coloca em ampla circulação uma literatura com tendência a minimizar, invisibilizar ou naturalizar diferenciadas formas de violência de gênero.

Por outro lado, considerando os estudos da professora Sandra Regina G. Almeida (2015), a mobilidade urbana mais recente das personagens femininas figura como uma possível superação dessa predestinação à amorosidade doméstica. Para a autora, a literatura brasileira contemporânea escrita por mulheres tem sido espaço de deslocamentos urbanos, viagens e trânsitos diversos. E longe de representar uma mobilidade trivial ou pueril, tais trânsitos trazem complexos jogos relacionais e identitários, tendo, muitas vezes, a ação do narrar como constitutiva das experiências colocadas em destaque. Nessa literatura, as personagens femininas, narradoras, protagonistas ou não, têm experienciado novos espaços de existência, com jornadas empreendidas no sentido de enfrentar outros mundos, outras emoções e sentimentos; conhecer a si mesmas; resolver conflitos internos; superar pressões decorrentes do ser mulher em uma sociedade patriarcal eminentemente violenta.

A autora chama a atenção para uma representação que inclui o corpo feminino, as muitas formas de violência enfrentadas, mas também um certo poder de ameaça à manutenção dos locais de privilégios dos violadores, destacando o espaço como categoria “plural, multifacetada e heterogênea”, “não apenas em termos geográficos, mas também no que tange à circulação das emoções e afetos entre determinados corpos” que são tocados por espaços e sujeitos (ALMEIDA, 2015, p. 25). De forma geral, convém ressaltar que a escrita de autoria feminina no Brasil tem feito ecoar uma discursividade representativa dos espaços enunciativos instados a tematizar uma violência que afeta as mulheres, distintamente dos homens.

Nesse sentido, o que nos traz Spivak (2014), ao tratar da mulher intelectual e sua necessidade de desaprendizagem, pode ser estendido às mulheres em geral e às mulheres autoras, porquanto são desafiadas cotidianamente a aprender uma forma de desaprendizagem das amarras da discriminação, do preconceito, da violência, da morte e, principalmente, dos discursos convenientemente articulados e que podem passar despercebidos, com vistas a patrocinar sua inserção acomodada numa sociedade que se apraz em determinar o que (se e quando) lhes é adequado dizer ou fazer. Enquanto integrantes desse contexto, as personagens femininas também são solicitadas a seguir outras jornadas, tanto de enfrentamento da histórica subjugação heteronormativa quanto da afirmação dos desejos e potencialidades, encontrando universo promissor na (re)invenção constante e sem “flores” de autoras que marcam suas presenças nas tramas ficcionais, inclusive para refutar/contestar o feminicídio tão presente nas sociedades patriarcais.

Nessa perspectiva, interessa, no presente texto, investigar a literatura contemporânea de autoria feminina, mais especificamente o romance *Mulheres empilhadas*, de Patrícia Melo, considerando as jornadas de (des)aprendizagens realizadas

pela protagonista e narradora, a jovem advogada, como representativa de uma geração desafiada a enfrentar a violência contra a mulher, sem abrir mão da própria vida, dos desejos, do corpo, das emoções, da inteligência, da capacidade de falar e se impor nos mais diversos espaços de enunciação e pertença. Nas seções, coloca-se em evidência os trânsitos geográficos e identitários materializados por meio das trajetórias empreendidas pela protagonista para a construção do próprio ser-sendo-mulher, o que ratifica também a ocorrência de deslocamentos contemporâneos no universo da literatura brasileira.

“Esquecer é perder”

Das narrativas escritas primordialmente por homens² às narrativas escritas por mulheres, a partir principalmente de meados do século XIX, houve um deslocamento contínuo no sentido de problematizar os lugares sociais, as posições discursivas e as representações necessárias a uma construção literária voltada a representar os universos femininos de forma mais genuína. Notadamente, não somente na literatura, tem-se questionado os pressupostos estigmatizadores presentes na vasta produção discursiva que se ocupou em determinar o que é ser e como deve agir uma mulher, essa forma “suspeita”, como já colocou em destaque Beauvoir (1970), de delinear os contornos do que poderia ser entendido por identidade feminina ou feminilidade.

Se os discursos masculinos moldaram uma literatura arquitetada por formas idealizadas do que deveriam ser as mulheres, enquanto objeto de desejos, e, se ao torná-las protagonistas das histórias, muitos escritos acabaram caindo nas armadilhas discursivas do patriarcado, é preciso ressaltar a existência de uma escrita feminina que se apraz em fazer ecoar vozes múltiplas que passam a assumir, em algum nível, o controle dos discursos comunicados. Assim,

À medida que algumas mulheres tornaram públicas as experiências vividas, uma a uma, por tantas outras, produziu-se um campo de identificações em que as mulheres puderam *se reconhecer, assim como reconhecer suas diferenças em relação aos ideais de feminilidade produzidos a partir do suposto saber masculino* (KEHL, 2016, p. 8, grifos da autora).

Notadamente, escrever e mesmo publicar uma obra pode ser só o começo das dificuldades encontradas por uma mulher no campo literário. No Brasil, estudos³ dão conta de uma expressiva produção deixada de lado no correr dos anos, incluindo romances, poemas, diários, textos memorialísticos. Nomes como Narcisa Amália, Maria Firmina dos Reis, Maria Benedicta Bormann, Júlia Lopes Almeida,

² Para aprofundamento da questão, ver Simone de Beauvoir - *O Segundo Sexo*, Vol I (em suas várias edições).

³ Sobre a questão, vários estudos encontram-se disponíveis nos arquivos físicos e digitais, a exemplo da tese de doutorado *Tramas femininas na imprensa do século XIX: tessituras de Ignez Sabino e Délia* (ARAÚJO, 2008).

Nísia Floresta, por exemplo, que publicaram no século XIX, não tiveram o destaque que poderiam ter nas páginas da literatura brasileira de forma geral. Estas e muitas outras mulheres deixaram impressos seus escritos, mas precisaram se atrever a enfrentar a desimportância a elas atribuída pelo fato de serem mulheres fazendo o que estava predeterminado para homens interessados em manter um poder hegemônico sobre os discursos. Já no século XX e considerando o enfrentamento de mais de uma categoria de exclusão, faz-se pertinente destacar a hoje celebrada escrita de Carolina Maria de Jesus, que insere o ponto de vista de uma mulher negra e pobre na literatura brasileira, apresentando o cotidiano da vida na favela do Canindé, São Paulo, com o seu *Quarto de despejo: diário de uma favelada*, 1960. A escrita publicada de Carolina Maria de Jesus, nessa e nas demais obras da autora, joga por terra várias estratégias do silenciamento imposto às mulheres negras.

Muitas vozes continuam ainda silenciadas na contemporaneidade, onde podemos situar as mulheres, mais ainda as mulheres negras, indígenas ou pobres que escrevem, escancarando um problema de exclusão social que ultrapassa o campo literário e que é “próprio de uma sociedade marcada por desigualdades” (DALCASTAGNÈ, 2012, p.21). Embora os desafios sejam uma constante, as alterações ocorridas nos últimos séculos são múltiplas e, entre outras questões, têm abalado a fixidez dos desgastados papéis de gênero⁴, efeito das conquistas feministas, enquanto “deslocamento importante, tanto na discussão conceitual quanto na agenda de quem busca promover e aprofundar a ordem democrática” (MIGUEL, 2020)⁵. Na mesma linha, pode-se destacar a efetividade das epistemologias crítico-feministas de gênero e raça na produção do conhecimento científico (MATOS, 2020) e a ampliação dos novos papéis sociais e políticos assumidos na jornada cotidiana das mulheres. Nesse sentido, as duas formas de alienação citadas por Kehl (2016): 1) a política, que dificultou a conquista de direitos fundamentais; e 2) a subjetiva, que se concretizou pela renúncia de uma fala própria - estão em deslocamento e, principalmente desde a segunda metade do século XIX, encontraram na literatura um promissor caminho para a efetivação de outras formas de expressão.

No local ficcional que coloca sob suspeita os discursos hegemônicos, considerando o literário contemporâneo do século XXI, a autora Patrícia Melo destaca-se com o romance *Mulheres empilhadas* e suas personagens, problematizando questões que precisam ser abordadas sob a perspectiva das mulheres, como a violência extrema do feminicídio⁶. A obra contrapõe-se abertamente à predisposição social para reforçar os construtos simbólicos ratificadores de uma identidade feminina estereotipada que fortalece os comportamentos machistas com predisposição para dominar e matar, como diz a protagonista: “Nada mais fácil do que aprender

⁴ Para aprofundamento da questão, sugere-se a leitura de Judith Butler (2013).

⁵ Lançado recentemente, o livro *Teoria e política feminista: contribuições ao debate sobre o gênero no Brasil* (MIGUEL; BALLESTRIN, 2020) traz importantes textos sobre as questões de gênero no cenário contemporâneo.

⁶ Homicídio qualificado pela condição de ser mulher (BANDEIRA; MARTINS, 2020, p. 202).

a odiar as mulheres. O que não falta é professor. O pai ensina. O Estado ensina. O sistema legal ensina. O mercado ensina. A cultura ensina. A propaganda ensina. Mas quem melhor ensina, segundo Bia, é a pornografia” (MELO, 2019, p. 88).

Se aprender a odiar uma mulher é algo ensinado, e sendo a condição da mulher forjada, como já ressaltou Simone de Beauvoir (1970, p. 18), nas teias socioculturais e históricas que buscaram perenizar o prestígio viril⁷ do homem, torna-se essencial ressignificar as amarras que ainda estão fortemente presentes no sentido de tomar a mulher (também sua fala e sua escrita) como “frívola, pueril, irresponsável, submetida ao homem”, inclusive porque a educação dispensada às mulheres, não raro, ainda se encontra assentada nas muitas ambiguidades inerentes às instituições socioeducativas e suas cosmovisões voltadas a manter uma tradição de subjugação. Por isso mesmo, as mulheres, todas as mulheres, não podem se dar ao luxo, como está dito nas páginas do romance, de esquecer a (própria) História, “Esquecer é perder. Perder é matar” (MELO, 2019, p. 69).

Trazendo para o debate uma questão colocada por Beauvoir (1970, p. 22) acerca do legado a ser oferecido às novas gerações: “Que destino podem esperar nossas irmãs mais jovens e em que sentido convém orientá-las?, pode-se asseverar que a narradora de *Mulheres empilhadas*, por meio de um engenhoso arcabouço narrativo e jogando com as (in)suficiências do real e da ficção, acrescenta a premissa de que se pode começar problematizando, sob múltiplos aspectos, a possibilidade de não morrer por namorado, marido, ex.

“Quando uma mulher morre, sua história deve ser contada e recon-tada mil vezes”

Nas linhas de *Mulheres empilhadas* são encontradas narrativas variadas de personagens que traçam suas batalhas para sobreviver em uma sociedade toda estruturada para patrocinar a subjugação feminina. O tema da violência perpassa toda a trama, sendo abordado com linguagem destinada a tocar com firmeza uma questão por vezes silenciada: o feminicídio. Expondo uma ferida que as estatísticas⁸ têm comprovado ser imensa, mas que tem sido contornada ou tratada no universo ficcional como um trauma individual, algo pontualmente situado, ou relegada ao universo das páginas policiais.

A narrativa está estruturada a partir da triangulação de níveis discursivos que se complementam e figuram intercalados na arquitetura da obra, estando aqui denominados de: a) *fragmentos*, considerando os textos que retratam mortes de mulheres e que estão ligados aos trabalhos da jovem advogada e aos crimes de feminicídio acompanhados; b) *a história propriamente dita*, com os fatos decorridos de uma viagem que a jovem advogada faz ao Acre a trabalho, das relações estabeleci-

⁷ Também segundo Segato (2003), o poder que emana do patriarcado, o “mandato da virilidade”, alimenta relações violentas dentro de uma hierarquia heteronormativa.

⁸ Sobre os números de feminicídio no Brasil, ver Atlas da Violência (ATLAS, 2021).

das, tanto aquelas que ocorrem no novo espaço de atuação quanto as que ficaram submetidas ao distanciamento; c) e *as jornadas de contato que a protagonista estabelece com a aldeia dos Ch'askas*, tendo em vista os sonhos ou delírios que acontecem durante o ritual do cipó (Santo Daime), trazendo memórias de traumas do passado, além de uma compreensão acerca da necessidade da fala, do apoio, da cumplicidade para as mulheres. Em cada uma das partes, a linguagem utilizada ganha contornos diferenciados. Assim, os fragmentos trazem uma construção próxima do que seriam as narrativas dos crimes nos processos, nas mídias, nos depoimentos ou laudos periciais; a história propriamente dita é narrada com uma linguagem mais próxima dos espaços e lugares sociais pertencentes à protagonista e às demais personagens com as quais relações são estabelecidas; já as partes que descrevem os sonhos ou delírios vivenciados pela protagonista nos rituais da aldeia dos Ch'askas traz uma linguagem onírica, capaz de deixar extravasar a violência esmagada e esmagadora das mulheres, estando construída como “mistério”, “espanto”, “mirações”, “vinganças gloriosas”.

Tendo como entrada as letras do alfabeto romano (A, B, C...X), a história propriamente dita traça o enredo, narrado em primeira pessoa pela protagonista, com as trajetórias empreendidas por uma jovem advogada que sofre uma agressão física do namorado, Amir, descrito como um: “delicioso parceiro sexual, um homem atlético, culto, cheio de humor, [...] e que até então era tão cortês, respeitoso e amável” (MELO, 2019, p. 11). A agressão funciona como a porta e entrada para os conflitos, pois a moça retoma questões íntimas ligadas ao assassinato da mãe, que teve como algoz o próprio pai, e aceita viajar a trabalho, a fim de acompanhar um mutirão de julgamentos de feminicídios, escolhendo o Acre, mais especificamente, Cruzeiro do Sul, com o intuito de ficar o mais distante possível do seu local de residência, São Paulo. O trabalho pressupunha juntar os dados necessários para que a sócia-majoritária do escritório, Denise Albuquerque, escrevesse um livro sobre a forma como o estado “produz assassinos ao sancionar a assimetria nas relações de gênero”: “vamos falar sobre matança autorizada de mulheres [...] Dez mil casos de feminicídios nos tribunais, sem solução. Este é o meu tema” (MELO, 2019, p. 24).

Para a confecção das redes narrativas da obra, figura basilar o recente assassinato de uma jovem índia de 14 anos, Txupira, da aldeia Kuratawa, tendo como suspeitos (os autos dão conta de provas contundentes ignoradas pelo júri corrompido) três jovens rapazes filhos de famílias ricas do local. O assassinato de Txupira causa revolta por seu teor de violência, já que a moça fora estuprada, torturada e morta. Entretanto, como esclarece a narradora, a revolta não é unânime, as pessoas da cidade se dividem entre os que se recusam a acreditar ou a admitir que os jovens rapazes fossem responsáveis pelo crime; os que consideram a morte de uma índia algo não digno de tanta atenção; e os que, de fato, sentem revolta e buscam por justiça. Dentre as pessoas do terceiro grupo estão os habitantes da aldeia Kuratawa; a promotora Carla Penteado; a jornalista Rita, editora do jornal *O Diário da Estrela*; e a jovem advogada. O crime, de certa forma, aproxima as mulhe-

res citadas que se arriscam para tentar impedir que os assassinos fiquem impunes, como havia sido sentenciado no primeiro julgamento.

Por toda a obra há a ratificação do que nos diz a narradora acerca de matar mulheres ser um “crime democrático” (MELO, 2019, p. 20), pois os cento e oitenta processos digitalizados davam conta de escancarar uma violência proveniente de homens de características diversas, cuja violência não depende de instrução, de profissão, de grau de relação com a vítima ou de arma específica. O que fica mais destacado é que os assassinos de mulheres, na grande maioria dos casos, estão dentro da casa das vítimas ou muito próximos dela. Comenta a promotora Carla Penteado, sugerindo uma estratégia elementar de confirmação: “- Você está surpresa - riu Carla. Tecle ‘morta pelo...’ no Google e veja o resultado. Mais tarde conferi: ‘Morta pelo’/Morta pelo namorado/Morta pelo marido/Morta pelo ex/Morta pelo companheiro/Morta pelo pai/Morta pelo sogro”. (MELO, 2019, p. 74).

Tal situação é anunciada antes da história propriamente dita, com o fragmento 1 escancarando a ambígua condição dos espaços domésticos e familiares. Assim, as imagens escolhidas para finalizar o fragmento, “porta de casa”, “final de tarde de domingo”, que poderiam compor uma poética nostálgica, por mobilizar elementos geralmente solicitados a representar a segurança atribuída ao lar, vêm precedidas de uma tragicidade que não pode ser amenizada: 1 MORTA PELO MARIDO. Elaine Figueiredo Lacerda/sessenta e um anos, /foi abatida a tiros/na porta de sua casa, /num final de tarde de domingo” (MELO, 2019, p. 9). Como a lembrar que a violência contra as mulheres não se esvai na ficção, os fragmentos seguem cortando a narrativa, numerados de 1 a 12, com casos diversos de mulheres violentadas e mortas: “4 MORTA PELO PAI / Ela tinha quarenta e oito dias de vida/ quando foi estrangulada. /Na delegacia, o assassino afirmou que/estava muito nervoso/& achava que a criança/não era sua filha”; ou em “9 MORTA PELO MARIDO EM PARCERIA COM O ESTADO [...] Mas, quando a polícia chegou, /quase quatro horas depois do início das/agressões, /Daniela Eduarda Alves, trinta e quatro, /estava morta havia vinte minutos/” (MELO, 2019).

A história propriamente dita é atravessada por passagens que descrevem as vivências da protagonista na aldeia dos Ch’askas, trazendo experiências místicas vivenciadas em rituais simbólicos de vingança contra os homens que matam mulheres: “Matam cachorros. Matam florestas. Matam rios. Matam mulheres” (MELO, 2019, p. 99). Nesse sentido, é preciso reconhecer que a abordagem encontrada em *Mulheres empilhadas* vai dar conta de uma realidade abrangente que tem na violência contra as mulheres uma ocorrência de caráter coletivo, como pode ser ressaltado nas considerações de Denise Albuquerque - quando justificou a necessidade da pesquisa sobre os julgamentos de feminicídio - e que também fica patente no diálogo entre a protagonista e a lendária Mulher das Pedras Verdes, durante um ritual na aldeia indígena dos Ch’askas: “- São episódios isolados? - perguntou a Mulher das Pedras Verdes. - Não - respondi. Há um padrão na matança. - Então é uma guerra - disse a mulher das Pedras Verdes” (MELO, 2019, p. 96).

As partes compostas por narrativas das experiências místicas vivenciadas pela protagonista nos rituais da aldeia Ch'aska estão nomeados com letras do alfabeto grego, por extenso: *Alfa, Beta, Gama, Delta, Êpsilon, Zeta, Etá*, remetendo a uma antiguidade cuja presença no texto ganha maior entendimento quando ficam patentes as referências às mulheres que viveram segundo padrões matriarcais, na condição de guerreiras, as amazonas. O espaço geográfico e mítico que se delinea no romance, entretanto, é o da floresta, ligado às aldeias indígenas brasileiras, fazendo perceber a dupla referência às narrativas que tematizam as icamiabas, amazonas indígenas, e as amazonas da mitologia grega. Nos rituais dos quais a protagonista participa na aldeia, sob o efeito do carimi, figura uma tribo de mulheres vingadoras que caçam homens e não permitem que nenhum deles faça parte do grupo: “Era a minha tribo. Empunhando armas, entrei com elas no lago, para o ritual da purificação, chamando, com nossos cânticos, pela Mulher das Pedras Verdes” (MELO, 2019, p. 95).

No romance, a Mulher das Pedras Verdes⁹ lidera não uma tribo indígena ou uma comunidade grega formada por mulheres guerreiras, mas uma tribo de mulheres de todos os tempos, lugares, idades, com as mais variadas características, essencialmente vingadoras, que são assim descritas: “mulheres, icamiabas, mães, cafusas, irmãs, amazonas, negras, Marias, lésbicas, filhas, indígenas, mulatas, netas, brancas, nós brotamos do chão, tremelicando ódio, vingadoras” (MELO, 2019, p. 26). O encontro da narradora com as guerreiras está assim descrito:

Ao sair da mata fechada, eu as encontrei. A lua estava nascendo, e elas me aguardavam, percebi imediatamente. Rodeavam um pequeno lago que refletia a luz da lua. De algumas, eu só via os cabelos que, de tão grandes e fartos, desciam pelo corpo como cascata, cobrindo o sexo, até os pés. Brancas, negras, transparentes, morenas, azuis, pardas, amarelas, eram de todas as cores, mas isso eu só percebi quando saímos para a primeira batalha. Naquele momento, vi que eram fortes e muitas.

- Você demorou - sussurrou uma em meu ouvido.

- Tome - disse outra, entregando-me arco e flechas.

Só então percebi que o que elas traziam nas mãos não eram tochas de fogo, mas armas de guerra, que cintilavam sob o luar. Muitas haviam extirpado um dos peitos para acomodar melhor as lanças que carregavam junto ao corpo. Algumas preferiam amarrar os seios abundantes em faixas de pano. Outras os deixavam livres (MELO, 2019, p. 94).

O acesso a esse universo mágico, diverso e de potência implacável, possível nos momentos ritualísticos, advém da imersão em questões íntimas da protagonista e funciona como uma representação de traumas, frustrações e ódios comuns às mulheres violentadas que compõem a narrativa - como espaço para extravasar, por meio da vivência simbólica, a impotência aprisionante e decorrente da

⁹ Pedras verdes faz referência à lenda do muyrakytã ou muiraquitã, um talismã arqueológico em jade procedente da Amazônia. Para maiores informações ler Costa; Silva; Angélica (2002 online).

impunidade. Nesse universo onírico, ocorre a vingança contra os matadores da índia Txupira, ocasionando o expurgar de dores acumuladas, quando os assassinos são capturados e mortos nos sonhos ou delírios da jovem advogada com a mesma crueldade com que mataram a índia Txupira: “chutamos seu rosto até que não sobrasse mais nenhum dente inteiro na sua boca, hahahahaha, e furamos seus olhos com nossas lanças, hahahahaha, e cortamos o pau do violador hahahahahahahahaha” (MELO, 2019, p. 118).

O encontro com a floresta e com as icamiabas, tendo como líder a Mulher das Pedras Verdes, aquela que distribui a substância mole e verde que se transforma numa pepita de jade com formas diversas, ressalta, sem anular as diferenças constitutivas das mulheres, uma ligação entre tempos e mundos diversos em torno de algo que as fez enfrentar obstáculos semelhantes por séculos, quando o assunto é a propensão masculina para estuprar, torturar ou matar mulheres. À jovem advogada é entregue uma pepita em forma de chave, como possibilidade de abertura para a compreensão de universos femininos diversos, tanto no que se refere ao campo individual da personagem quanto ao seu lugar de pertença e diálogo com as novas gerações.

A comunhão com as mulheres - sonhadas ou reais, das aldeias ou das cidades - aparece na obra como metonímia de uma condição imprescindível na superação das barreiras impostas ao universo feminino. Assim, a jovem protagonista, além de realizar uma espécie de catarse em relação ao passado, com a libertação da “memória enterrada” (MELO, 2019, p. 7), enfrenta as inseguranças e medos no presente. Quando o ex-namorado, ao divulgar vídeos e fotos da intimidade do ex casal nas redes midiáticas sociais e de pornografia, realiza uma espécie de morte virtual, “tentava me queimar na fogueira virtual” (MELO, 2019, p. 159), a protagonista processa o violador e decide criar o site *mulheresempilhadas.com*, a fim de contar a história com suas próprias escolhas e abrir espaço para outras narrativas, sua parcela de compromisso em consideração ao que as mulheres e suas vivências lhe ensinaram. As histórias precisam ser contadas. Mil vezes contadas e recontadas. Até que algo seja deslocado.

Desaprender os silenciamentos

Empilha-se objetos, coisas, mercadorias, não pessoas; a não ser que pessoas estejam sendo tratadas como objetos, coisas, mercadorias, o que, de fato, tem figurado como tema de reflexão e denúncia na história das mulheres¹⁰. Nesse viés, a obra de Patrícia Melo faz reverberar uma espécie de poética denunciatória, que solicita uma resignificação dos discursos misóginos e dos silenciamentos imputados às mulheres, no sentido de rejeitar que o corpo feminino seja percebido como objeto, coisa ou mercadoria empilhável.

¹⁰ Para aprofundamento sobre a violência contra as mulheres e de gênero e sobre uma epistemologia crítica feminista, ler Bandeira e Martins, 2020; Saffioti, 2011; Segato, 2003, 2013; Machado, 1998.

Desde a construção discursiva que dá título ao romance, molda-se uma imagem metafórica instada a marcar a performatividade da palavra empilhadas, em consideração à violência contra as mulheres, ao feminicídio. No enredo, a expressão é usada pela protagonista em referência ao álbum onde vai colando as fotos das mulheres assassinadas, tanto as que “pescava no jornal” (MELO, 2019, p. 73) quanto as que faziam parte dos processos de assassinatos componentes da pilha de casos julgados em mutirão e que dariam para encher, como diz a narradora, “vários álbuns com minhas fotos de mulheres assassinadas” (MELO, 2019, p. 20).

Faz parte da condição de estar empilhada a interdição definitiva do dizer, a ausência de qualquer fala, o corte abrupto do ciclo denominado vida. O silêncio que caracteriza o estar empilhada distancia-se daquele solicitado pela linguagem para a sua significação, não há somente suspensão momentânea na corrente dos sentidos, ou eclipse, ou implícito; também não se trata do silêncio das emoções, não é mística, contemplação, disciplina, revolta, resistência, sabedoria, poder, vontade (ORLANDI, 2007). Mais que silêncio, há silenciamento, mais que censura, há morte. E a morte pode ser a confirmação de uma condição de desimportância que lastreia a formação das mulheres, levadas a perceberem-se como inessenciais, a suplantar a própria fala ou a tê-la desacreditada, interrompida. Ainda faz parte do “manual” de criar uma mulher, conter a agressividade, a rebeldia, a força. Todas as instituições sociais, ao fim das contas, tendem a delegar às mulheres o lugar de educadas, discretas, delicadas, compreensivas, domadas - como animais - para caber nos modelos, sem reagir.

No romance, pode-se perceber uma crítica ao auto silenciamento esperado das mulheres, frente à conquista de espaços onde não costumavam estar. Assim, a promotora, a jornalista, a advogada, a pajé (caso de Zapira, que desafiou as tradições da aldeia, para ser aceita como xamã dos Ch’askas, uma mulher pajé) precisam travar batalhas para serem respeitadas dia-a-dia. A superação das estratégias de silenciamento inclui enfrentar um certo tipo de opressor disposto a matar, o que aconteceu com Txupira, que ousou filmar uma ação de contrabando com o celular; e com Rita, que ousou escrever uma matéria apontando provas contra os assassinos. As mortes das personagens aparecem atravessadas por outras formas de violência e por uma rede de corrupção, como a que fez com que os assassinos de Txupira fossem inocentados pelo júri. A própria promotora Carla Penteado, que havia escapado das ameaças durante os julgamentos, vai sucumbir nas mãos do ex, Paulo, que, depois de matar os assassinos de Txupira, apareceu para cobrar a conta da “mal-agradecida”. A conversa de Paulo com a jovem advogada, já preso depois dos assassinatos, e que ele pensa poder convencer a defendê-lo, exemplifica bem o lugar discursivo de quem acha justo silenciar, matar e ainda se colocar no lugar de vítima:

O revólver fez com que ela surtasse. Ela começou a gritar. Tipo louca, mesmo. [...] Perdi o controle. Ela ficou lá gritando, me atrapalhou o raciocínio. Falei “Cale a boca, Carla, deixa de ser histérica”. Ela não me ou-

via. Continuou gritando, gritando. E quando eu tentei chegar perto, ela me empurrou. Me deu um tapa. Me chamou de vagabundo. De inútil. Estou sendo muito franco com você. Temos que contar toda a verdade para o nosso advogado, sei disso. Ela me chamou de folgado. Ficou jogando um monte de merda na minha cara. Foi foda. Fiquei me segurando. Mas quando ela pegou o celular, dizendo que ia me entregar para a polícia, não aguentei.

Nesse momento, ele chorou.

- O problema de Carla - falou depois, enxugando os olhos com a barra da camiseta - é que ela não admitia ajuda de ninguém. Esse era o problema dela. (MELO, 2019, p. 227)

Não aceitar ajuda traduz-se em não aceitar mando, controle, subjugação, dono. Dessa forma, a promotora Carla Penteado (morta pelo ex) vai entrar para a imensa pilha de corpos de mulheres que aparece em *Etá*, quando a protagonista finalmente completa a recuperação das lembranças esquecidas do assassinato da mãe e visualiza mulheres de várias idades, profissões, naturalidades, cores, vestimentas, com seus corpos empilhados. No romance, não passa despercebida a opressão vivenciada nas tribos indígenas, principalmente na aldeia Kuratawa, mais próxima das cidades e estradas, onde é destacada a pobreza, o abandono e onde os silenciamentos se intensificam. Em contraponto à aldeia dos Ch'askas, bem mais distante e com caça abundante capaz de prover as necessidades dos habitantes, o retrato da aldeia Kuratawa é desolador, pois traz o descaso que reduz pessoas a uma condição animalizada. É assim que no julgamento de Txupira, a pintura no rosto, representando a "dignidade étnica", é traço destacado em oposição às vestimentas e calçados miseráveis de uma velha índia em sua expressão trágica: "ela iria assistir ao julgamento de uma jovem de seu clã, morta da pior maneira possível, sem entender nenhuma palavra" (MELO, 2019, p. 34).

As mulheres negras marcam presença na narrativa, principalmente quando a narradora faz considerações sobre a condição das mulheres que enfrentam mais violência¹¹, abandono e para quem as leis falham, mesmo a Maria da Penha, que, segundo a fala da Promotora Carla Penteado, "serve pra mulher branca da cidade" (MELO, 2019, p. 156). Na pilha visualizada pela protagonista em *Etá*, por exemplo, há uma reiteração acerca do número maior de mulheres negras mortas por feminicídio: "esta branquela, aquela negra, esta negra, aquela negra, esta negra, aquela negra, mais uma negra e outra negra, são muitas, de todas as idades, mais jovens do que velhas, mais pretas do que brancas" (MELO, 2019, p. 208).

A rasura sugerida no processo de silenciamento acerca dos privilégios brancos ressalta a presença de condições diferenciadas para o plano da história propriamente dita e para o plano onírico que perpassa o imaginário. No plano onírico, não

¹¹ Ângela Davis considera, ao tratar de mulheres, raça e classe, que "tanto o racismo quanto o sexismo, são centrais para a estratégia doméstica de aumentar a exploração econômica, tem recebido um encorajamento sem precedentes" (2016, p. 202).

há diferenciação no que se refere às habilidades guerreiras e vingativas das mulheres que agem sob a liderança da Mulher das Pedras Verdes, sejam pretas, índias ou brancas; mas no plano que narra a vida diária da jovem advogada, fica explicitado o lugar de privilégio que a mesma ocupa, no bojo de uma sociedade racista e classista. Em pelo menos duas passagens mais enfáticas, fica marcada a consciência da narradora acerca do privilégio. Quando pensa que poderia ter sido morta por Amir e passa a imaginar as manchetes e desdobramentos do caso: “No julgamento, que ocorreria em sete, oito ou dez anos, se eu fosse negra ou nem ocorreria se eu fosse pobre, a defesa diria que não existe no mundo pessoa mais amável” (MELO, 2019, p. 112); e quando reflete sobre o que aconteceu com a própria mãe, ressaltando para quem o caminho da impunidade fica mais livre: “Se for possível, ele nem atende a chamada quando o telefone toca no covil onde trabalha. Chuta a ocorrência para o próximo plantonista. Com minha mãe não puderam fazer isso. Era ela branca e não era pobre” (MELO, 2019, p. 19).

Na obra, o ciclo da violência é descrito como algo que ocorre em vários níveis, e, não raro, firma-se em silenciamentos cotidianos que necessitam ser quebrados com urgência, talvez por isso o caminho narrativo busque, tanto na forma como no plano discursivo, uma linguagem que possa ser percebida como verídica: “Primeiro eles nos conquistam. Depois eles nos espancam. E depois, eles nos matam. Eu vi as fotos. Ouvi os depoimentos. Li BOs. A boca da Marciane foi rasgada de orelha a orelha com navalha. Porque ela fez uma denúncia na delegacia depois de levar uma surra” (MELO, 2019, p. 87). A narradora faz questão de ressaltar que as estratégias para silenciar podem estar travestidas de carinhos, arroubos de arrependimentos, palavras doces e gestos “amorosos”. Depois, nos depoimentos e provas colhidas, abundam construções discursivas que inferiorizam as mulheres e que, longe de ser algo novo, ressoam séculos de violências e discriminações evocadas a qualquer sinal de descontentamento decorrente de suas ações: loucas, putas, vagabundas, desequilibradas, por isso merecem morrer, como Rayane Barros de Castro (Fragmento 3), que recebeu a ameaça por *whatsapp*: “eu vou viver a minha vida, mas você não vai viver a sua” (MELO, 2019, p. 18).

No romance, silenciadas, umas mais que as outras, as personagens vivenciam uma contradição gritante por estar no mundo sob condições adversas desde o nascimento: morrem por falar; morrem por calar. Não obstante, a fala é destacada como condição de poder, de inserção, sendo imperativo falar, como fica claro nas palavras de Dona Yolanda, avó da jovem advogada: “Sua mãe morreu por causa desse silêncio. Essas mulheres morreram porque não conseguiram falar. Não falar - disse ela - é uma tragédia” (MELO, 2019, p. 45). Para Dona Yolanda, a fala é terapia, cura, autoconhecimento, partilha das situações de ameaça, denúncia e autoproteção capaz de evitar a morte. Nesse sentido é que a protagonista de *Mulheres empilhadas* precisou superar a ausência da fala, essa fala que marca a presença subjetiva de alguém que existe em direito, que denuncia e joga na cara da sociedade a condição violenta e vergonhosa enfrentada de forma alheia à sua vontade.

Sem qualquer possibilidade de romantização e considerando a construção de Blanchot (2010, p. 113): “o homem frente ao homem não tem outra escolha senão a de falar ou matar” pode-se reconhecer que a fala vem como alternativa, como intervalo entre o silêncio, a palavra e a violência, como acesso à estranheza, como rejeição da distância maior, do enfrentamento ao poder absoluto de matar. À mulher, portanto, também não resta escolha senão falar ou matar, mas como carrega o fardo de “crescer por séculos e não ferir ninguém” (MELO, 2019, p. 171), resta criar um universo discursivo que lhe favoreça, forjando naquilo que mata a própria libertação. Em toda a obra, sobressai-se uma voz narrativa feminina que resalta, informando às novas gerações, a relevância de revisitar a História, conhecer os avanços e retrocessos socioculturais e geopolíticos que permitem refletir sobre as muitas condições atribuídas por séculos às mulheres.

A protagonista do romance *Mulheres empilhadas* não é nomeada, é uma jovem advogada em múltiplas viagens geográficas, identitárias e simbólicas. Está, portanto, destinada a representar uma mulher e todas as mulheres contemporâneas que estão em processo de (des)aprendizagem do múltiplo feminino. Ela é a que sobrevive, a que pode acessar outros conhecimentos e modos de agir, a que pode desaprender o silenciamento, a morte. Não tendo nome, pode ser a personificação de muitas. Pode se chamar Maria, Ana, Eva, Rosa... uma infinidade de denominações de mulheres que ainda podem escolher, como traz a narrativa, sem receio de apontar caminhos para outras jornadas, apagar a mensagem, afastar-se, falar, denunciar, romper a condição animalizada¹² que leva ao sacrifício: “Então é bom você ser esperta. Fuja desse homem. Desapareça. Apague a mensagem” (MELO, 2019, p.89).

Os deslocamentos femininos são molas propulsoras de reajustes que reverberam em todas as esferas da vida social, e sempre que as mulheres são percebidas como ameaça para o poder hegemônico, há reação, e violência, mesmo que não seja explícita e venha travestida com discursos de uma suposta proteção e defesa da família. Nesse sentido, é preciso reconhecer que a abordagem encontrada em *Mulheres empilhadas* ao tratar da violência contra a mulher, do feminicídio, destaca o envolvimento de toda a sociedade numa vergonhosa matança que não pode ser tomada nem a nível individual, uma excepcionalidade, como às vezes os discursos colocados em destaque parecem indicar, nem como ação decorrente de qualquer comportamento feminino inadequado, algo que atravessa os depoimentos dos assassinos e reforça os discursos mais cruéis no sentido de culpabilizar a vítima. A violência é, antes, tratada como uma questão coletiva, uma construção diária que está nas instituições, nas formas de educar, nas formas de lucrar.

Uma crítica ao machismo estrutural pode ser tecida a partir do romance, justamente no sentido de evidenciar privilégios que fazem a conjuntura patriarcal no correr da história. Assim, o crime que envolve os rapazes ricos têm uma atenção e

¹² Exemplar da condição animalizada do feminicídio tematizado na literatura, destaca-se o inesquecível conto “Venha ver o pôr do sol”, de Lygia Fagundes Telles”. Disponível em: <https://docero.com.br/doc/evcvovn>

celeridade não dispensada às mortes das mulheres: Txupira e Rita. Ainda que elas desfrutem de condições diferenciadas e cada uma vá ter uma investigação também diferenciada, são mulheres, logo, suas mortes parecem mais adequadas à impunidade. Se não há igualdade de condições, muito menos pode existir uma fórmula para o ser mulher, por isso mesmo figura essencial na obra o apoio de diferentes mulheres, como se ao se darem as mãos pudessem formar uma rede instada a impedir a queda de tantas. Também não há na obra a sugestão de uma guerra entre os sexos, se assim podemos tratar, o que a obra parece indicar é que há uma constante batalha travada tanto no âmbito sociocultural, político e econômico - no bojo de uma geopolítica capitalista, de uma política da morte, “necropolítica” nas palavras de Mbembe (2018) - quanto no íntimo mesmo de cada ser, poder-se-ia dizer nos (des)locamentos de cada gênero, um conflito que age entre pontos diversos de interesses, desejos, necessidades, saberes, nada fáceis de conciliar.

Notadamente, a obra não reduz o combate do feminicídio às ações individuais ou protetivas, porquanto, ainda que sejam de relevância ímpar, infelizmente, não são suficientes para deslocar em definitivo a violência contra as mulheres, mas interliga, em sua triangulação discursiva, universos que não podem ser tomados de forma desconexa, tendo em vista superar a pretensa racionalidade machista que está na base das estruturas patriarcais contemporâneas, em sua propensão para reivindicar para si privilégios, incluindo o que seria o privilégio maior, o poder de determinar a morte para esse outro feminino pressionado a se submeter e a se calar. O ressignificar dos construtos da violência contra a mulher, ressalta-se, não encontra solução apenas no universo feminino, mas se espraia como compromisso político que deve estar presente em todas as formas de educar, para uma sociedade mais igualitária.

As trajetórias que envolvem identidades femininas são complexas, anda-se passos à frente, volta-se para respirar e não morrer. Assim, qualquer dialética ligada ao (des)aprender firma-se na ambiguidade dos pressupostos que fazem os entendimentos acerca dos gêneros numa sociedade guiada para a violência lucrativa das muitas formas de mortes, e para as quais, de diversas maneiras, a mulher parece presa “fácil”. No cenário contemporâneo, com vários núcleos retrógrados que se arvoram a pregar a submissão das mulheres, e da literatura (esse feminino também tomado como ameaça), falar para ser ouvida é essencial. Nessa trilha, destaca-se que *Mulheres empilhadas* traz uma voz contundente que se une a outras vozes no sentido de problematizar a organização de um corpo social estruturado para a discriminação, para o preconceito, para a violência, e não se coloca como anunciadora de uma discussão desprovida de complexidade. A narradora no romance não traz as letras finais do alfabeto (Y e Z) para a finalização da parte da ficção propriamente dita, termina no X, o X de uma questão cujo desdobramento está em porvir, lugar do escuro e da esperança. A continuidade da narrativa, dos discursos, pode ser o que cada mulher, as mulheres, a literatura e toda a sociedade puder(em) escrever da própria história.

Referências

AGAMBEN, Giorgio. *O que é o contemporâneo?* e outros ensaios. Tradução de Vinícius Nicastro Honesco. Chapecó, SC: Argos, 2013.

ALMEIDA, Sandra Regina Goulart. *Mobilidades culturais, geografias afetivas: espaço urbano na narrativa brasileira contemporânea*. In: DALCASTAGNÈ, Regina; LEAL, Virgínia M. V. Espaço e gênero na literatura brasileira contemporânea. Porto Alegre, RS: Zouk, 2015.

ARAÚJO, Maria da Conceição Pinheiro. *Tramas Femininas na Imprensa do Século XIX: Tessituras de Ignez Sabino e Délia*. Tese (Doutorado em Letras) Faculdade de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008. Disponível em: <http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/1894> Acesso em 06/10/2020

ATLAS da violência. Fórum Brasileiro de Segurança pública, 2021. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/publicacoes/213/atlas-da-violencia-2021-principais-resultados>. Acesso: 02/12/2021

BANDEIRA, Lourdes Maria; MARTINS, Ana Paula Antunes. Violências nominadas pelo crime de feminicídio: notas para o aprimoramento das políticas públicas de prevenção no Brasil. In: MIGUEL, Felipe Luis; BALESTRIN, Luciana. (Orgs.) *Teoria e política feminista: contribuições ao debate sobre gênero no Brasil*. Porto Alegre: Editora Zouk, 2020.

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo: fatos e mitos*. Tradução de Sérgio Milliet. 4. ed. São Paulo: Difusão européia do livro, 1970. Disponível em: <https://farofafilosofica.com/2016/11/21/simone-de-beauvoir-bibliografia-em-pdf/>. Acesso: 01/09/2020

BLANCHOT, Maurice. *A conversa infinita: a palavra plural*. São Paulo: Escuta, 2010.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão de identidade*. 6 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

COSTA, Marcondes Lima da; SILVA, Anna Cristina L. R da; ANGÉLICA, Rômulo Simões. *Muyrakyatã ou muiiraquitã, um talismã arqueológico em jade procedente da Amazônia: uma revisão histórica e considerações antropogeológicas*. Acta maz.[online]. 2002, vol.32, n.3, pp.467-467. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S00449672002000300467&script=sci_abstract&lng=pt. Acesso: 03/10/2021

DALCASTAGNÈ Regina. *O prego e o rinoceronte*. Porto Alegre, Editora Zouk, 2021.

DALCASTAGNÈ, Regina. *Literatura brasileira contemporânea: um território contestado*. Vinhedo: Editora Horizonte/Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 2012.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. Tradução Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

DIDI-HUBERMAN, Georges. *Sobrevivência dos vaga-lumes*. Tradução era Casa Nova; Márcia Arbex. Belo Horizonte, MG: Editora UFMG, 2014.

KEHL, Maria Rita. *Deslocamentos do feminino*. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

MACHADO, Lia Z. Gênero, um novo paradigma? *Cadernos Pagu*. n. 11. Campinas - SP, Núcleo de Estudos de Gênero-Pagu/Unicamp, Unicamp, 1998, p. 107-125.

MATOS, Marlise. Epistemologias crítico-feministas de gênero e raça: contribuições e desafios para as ciências e a pesquisa no Brasil. MIGUEL, Felipe Luis; BALLESTRIN, Luciana. (Orgs.) *Teoria e política feminista: contribuições ao debate sobre gênero no Brasil*. Porto Alegre: Editora Zouk, 2020.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção e política da morte*. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MIGUEL, Felipe Luis; BALLESTRIN, Luciana. (Orgs.) *Teoria e política feminista: contribuições ao debate sobre gênero no Brasil*. Porto Alegre: Editora Zouk, 2020.

MELO, Patrícia. *Mulheres empilhadas*. São Paulo: Leya, 2019.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 6. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

SAFFIOTI, Heleieth. *Gênero, patriarcado e violência*. 2. ed. São Paulo, Editora Perseu Abramo, Coleção Brasil Urgente, 2011.

SEGATO, Rita Laura. *Femigenocídio y feminicidio: una propuesta de tipificación* In: *Labrys Études féministes/Estudos feministas*, Brasília, Montreal, Paris, n.24, jul.-dez., 2013. Edição digital. Disponível em: <https://www.labrys.net.br/labrys24/femicide/rita.htm>. Acesso: 03/12/2021

SEGATO, Rita Laura. *Las estructuras elementales de la violencia: ensayos sobre género entre la antropología, el psicoanálisis y los derechos humanos*. Bernal, Argentina: Universidad Nacional de Quilmes, 2003.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Tradução Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa, André Pereira Feitosa. 2 reimpressão. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. Disponível em: http://wisley.net/ufrrj/wp-content/uploads/2015/03/images_pdf_files_Pode_o_subalterno_falar-Spivak.pdf Acesso em 20/09/2020.

Recebido em 4 de março de 2022.

Aprovado em 7 de junho de 2022.

Resumo/Abstract

Trajétórias de (des)aprendizagens em *Mulheres empilhadas*, de Patrícia Melo

Ilmara Valois Bacelar Figueiredo Coutinho

O presente texto traz reflexões acerca da literatura brasileira contemporânea, tendo como universo empírico de investigação a obra *Mulheres empilhadas*, de Patrícia Melo (2019), que tematiza, entre outras questões, a violência contra a mulher e o feminicídio. O objetivo gira em torno de analisar as jornadas de (des)aprendizagens empreendidas durante os trânsitos geográficos e identitários da protagonista e narradora, denominada jovem advogada, que enfrenta a violência de gênero e suas consequências, tanto na vida pessoal quanto na atividade profissional. A obra, unindo três níveis discursivos, faz ressoar uma voz autoral feminina, evidenciando a necessidade de ressignificação dos construtos simbólicos, socioculturais e políticos que alimentam a cultura sexista, a impunidade e as mais diversas formas de subalternização e silenciamento imputadas às mulheres na contemporaneidade.

Palavras-chave: literatura contemporânea, silenciamento, violência contra a mulher, feminicídio.

(Un)learning trajectories in *Mulheres empilhadas*, by Patrícia Melo

Ilmara Valois Bacelar Figueiredo Coutinho

This text brings reflections on contemporary Brazilian literature, having as an empirical universe of investigation the contemporary romance *Mulheres empilhadas*, by Patrícia Melo (2019), which discusses, among other issues, violence against women, femicide. The objective is to analyze the (un)learning trajectories undertaken during the geographic and identity transits of the protagonist and narrator, called “young lawyer”, who faces gender violence and its consequences, both in her personal life and professional activity. The book unites three discursive levels, to evidence, through female characters, an authorial voice that highlights the need to re-signify the symbolic constructs, both sociocultural and political, that feed sexist culture, impunity and the most diverse forms of subordination and silencing imputed to women in contemporaneity.

Keywords: contemporary literature, silence, violence against women, femicide.